

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**Decreto-Lei n.º 175/95**

de 21 de Julho

Considerando que actualmente a transferência de pessoal, prevista no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, depende de autorização do serviço ou organismo de origem;

Considerando, todavia, que há interesse público em facilitar a referida transferência para as autarquias locais, para os serviços desconcentrados do Estado e para os institutos públicos, nas modalidades de serviços personalizados ou de fundos públicos, situados em zonas de média ou extrema periferia, dispensando a citada autorização;

Ouvidas a Associação Nacional de Municípios Portugueses e as associações sindicais, nos termos legais; Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. O artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 25.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 — A transferência para as autarquias locais, para os serviços desconcentrados do Estado e para os institutos públicos, nas modalidades de serviços personalizados ou de fundos públicos, situados nas zonas de média e extrema periferia, a que se refere o Decreto-Lei n.º 45/84, de 3 de Fevereiro, não depende de autorização do serviço de origem, salvo no caso de corpos especiais ou de inspecção.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 25 de Maio de 1995. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Eduardo de Almeida Catroga* — *Luís Francisco Valente de Oliveira*.

Promulgado em 6 de Julho de 1995.

Publique-se.

O Presidente da República, **MÁRIO SOARES**.

Referendado em 10 de Julho de 1995.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Decreto n.º 26/95**

de 21 de Julho

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 200.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É aprovado, para ratificação, o Acordo sobre a Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos entre a República Portuguesa e a Federa-

ção da Rússia, assinado em Moscovo, a 22 de Julho de 1994, cuja versão autêntica nas línguas portuguesa e russa segue em anexo ao presente decreto.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 25 de Maio de 1995. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *José Manuel Durão Barroso* — *Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira*.

Ratificado em 21 de Junho de 1995.

Publique-se.

O Presidente da República, **MÁRIO SOARES**.

Referendado em 24 de Junho de 1995.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA E O GOVERNO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA SOBRE A PROMOÇÃO E PROTECÇÃO RECÍPROCA DE INVESTIMENTOS.

O Governo da República Portuguesa e Governo da Federação da Rússia, adiante designados por Partes Contratantes:

Tendo em vista a criação das condições favoráveis para a realização de investimentos pelos investidores de uma Parte Contratante no território da outra Parte Contratante; Considerando que a promoção e a protecção recíproca desses investimentos contribuirão para o desenvolvimento da cooperação mutuamente vantajosa nos domínios económico, comercial, técnico e científico;

acordam o seguinte:

Artigo 1.º

Para efeitos do presente Acordo, os termos abaixo expostos designam:

1 — «Investidor»:

- a) Qualquer pessoa singular que, de acordo com a legislação da respectiva Parte Contratante, tenha a nacionalidade dessa Parte Contratante; bem como
- b) Qualquer pessoa colectiva constituída e que funcione em conformidade com a legislação vigente da respectiva Parte Contratante e com sede no território desta Parte Contratante.

desde que tenha capacidade para, de acordo com a legislação da respectiva Parte Contratante, efectuar investimentos no território da outra Parte Contratante.

2 — «Investimentos»: toda a espécie de bens, investidos por investidores de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante, de acordo com a legislação desta última, nomeadamente:

- a) Bens móveis ou imóveis e quaisquer direitos sobre as coisas que incidem sobre esses bens;
- b) Acções, quotas e outras formas de participação em sociedades, empresas e outras entidades;
- c) Direitos que envolvam obrigações em dinheiro ou outras obrigações com valor económico, ligadas ao investimento;
- d) Direitos de propriedade intelectual;
- e) Direito ao exercício de actividade económica por virtude de concessão, com base na lei ou contrato, incluindo em particular direitos de

prospecção, pesquisa e exploração de recursos naturais.

3 — «Rendimentos»: quantias geradas por investimento, tais como lucros e dividendos, juros, *royalties*, comissões, pagamentos a título de assistência ou serviços técnicos e outros tipos de remuneração.

4 — «Actividades relacionadas com investimentos»: organização, controlo, manutenção e administração de sociedades, sucursais, agências, unidades fabris ou outras entidades que realizem actividades empresariais; a celebração, execução e acompanhamento de contratos de aquisição, uso, fruição ou administração de bens de toda a espécie, incluindo a propriedade intelectual, aquisição, venda e emissão de acções ou outros títulos.

5 — «Liquidação do investimento»: cessação do investimento de acordo com a legislação da Parte Contratante no território da qual o investimento tenha sido efectuado.

6 — «Território»: territórios correspondentes da República Portuguesa e da Federação da Rússia e também a zona económica exclusiva e a plataforma continental sobre as quais as Partes Contratantes exercem, de acordo com o direito internacional, os direitos soberanos e a jurisdição com os fins de pesquisa, exploração e preservação de recursos naturais.

Artigo 2.º

Cada Parte Contratante encorajará e admitirá, de acordo com a legislação respectiva, a realização de investimentos efectuados por investidores da outra Parte Contratante no seu território.

Artigo 3.º

1 — Cada Parte Contratante assegurará, no seu território, para os investimentos dos investidores da outra Parte Contratante e para as actividades relacionadas com investimentos, o tratamento justo e equitativo que exclua adopção de medidas de carácter discriminatório susceptíveis de criar obstáculos à gestão e posse dos investimentos.

2 — O tratamento mencionado no parágrafo 1 do presente artigo não será menos favorável do que o tratamento concedido aos investimentos e às actividades relacionadas com investimentos dos seus próprios investidores ou dos investidores de qualquer terceiro Estado.

3 — Cada Parte Contratante reserva-se o direito de determinar ramos e círculos de actividades nos quais é excluída ou é limitada a actividade dos investidores estrangeiros.

4 — O regime da nação mais favorecida, concedido em conformidade com o parágrafo 2 do presente artigo, não afectará as vantagens concedidas ou a conceder pela Parte Contratante:

- a) Em virtude da participação em zona de comércio livre, união aduaneira ou económica;
- b) Em virtude de acordos celebrados entre a Federação da Rússia e os Estados-Repúblicas da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas;
- c) Em virtude de acordos sobre eliminação de dupla tributação ou outros acordos de carácter fiscal.

Artigo 4.º

1 — Os investimentos efectuados no território de uma Parte Contratante por investidores da outra Parte Contratante não poderão ser objecto de expropriação, nacionalização ou medida de efeito equivalente — a seguir designadas genericamente por expropriação —, senão por motivos de utilidade pública, segundo processo legal, de modo não discriminatório e mediante indemnização rápida, adequada e eficaz.

A indemnização deverá corresponder ao valor real dos investimentos sujeitos à expropriação imediatamente antes do momento em que esta for efectivada ou publicamente anunciada. A indemnização será paga sem demora em divisa livremente convertível e poderá ser livremente transferida do território de uma das Partes Contratantes para o território da outra Parte Contratante. Até à data do pagamento do montante da indemnização, a quantia desta será acrescida de juros de acordo com a taxa de juro fixada pelo banco central da Parte Contratante no território da qual foram realizados os investimentos.

2 — Os investidores de cada Parte Contratante, cujo investimento tenha sido objecto de expropriação, total ou parcialmente, têm o direito a solicitar da competente autoridade judicial ou administrativa da outra Parte Contratante a confirmação de que a referida expropriação e a indemnização a que deu lugar são conformes com o presente Acordo e com os princípios do direito internacional.

3 — Os investidores de uma das Partes Contratantes cujos investimentos realizados no território da outra Parte Contratante venham a sofrer prejuízos em virtude de guerra ou outros conflitos armados, estado de emergência ou outros eventos análogos não receberão dessa Parte Contratante tratamento menos favorável, em matéria de restituição de bens, compensações, indemnizações ou demais retribuições, do que o concedido aos investidores de terceiros Estados.

Artigo 5.º

1 — Cada Parte Contratante, em conformidade com a sua legislação, garante aos investidores da outra Parte Contratante, após o pagamento dos impostos e taxas por eles devidos, a transferência livre e sem demora das importâncias relacionadas com os investimentos, nomeadamente:

- a) Do capital e das importâncias adicionais para a manutenção ou ampliação do investimento;
- b) Dos rendimentos definidos no artigo 1.º, n.º 3, do presente Acordo;
- c) Das importâncias a pagar, no âmbito do reembolso dos empréstimos, que ambas as Partes hajam reconhecido como investimento;
- d) Do produto resultante da liquidação ou alienação total ou parcial do investimento;
- e) Das indemnizações e outros pagamentos previstos nos artigos 4.º do presente Acordo.

2 — As transferências de pagamentos previstos no presente artigo serão efectuadas em divisa livremente convertível, utilizando a taxa de câmbio da data da transferência, em conformidade com as normas previstas pela legislação da Parte Contratante no território da qual foi realizado o investimento.

Artigo 6.º

1 — No caso de uma das Partes Contratantes ou agência por ela encarregada efectuar quaisquer pagamentos a um dos seus investidores por virtude de uma garantia prestada a um investimento realizado no território da outra Parte Contratante, esta última, com base no princípio da sub-rogação, reconhece a transferência de todos os direitos do investidor a favor da primeira Parte Contratante ou da sua agência.

2 — A Parte Contratante ou sua agência que em resultado da sub-rogação tiver adquirido os direitos do investidor poderá autorizar este a exercer esses direitos.

Artigo 7.º

1 — Os litígios relativos a investimentos que se suscitarem entre uma Parte Contratante e um investidor da outra Parte Contratante serão, sempre que possível, resolvidos amigavelmente.

2 — Se um litígio não for resolvido de forma amigável nos seis meses seguintes ao momento em que tiver sido suscitado, o investidor pode, em alternativa, submeter o litígio:

- a) A um tribunal ou arbitragem competente da Parte Contratante no território da qual o investimento foi realizado;
- b) A um tribunal internacional, em conformidade com o parágrafo 3 do presente artigo.

Depois da submissão do litígio a um tribunal ou arbitragem da Parte Contratante correspondente ou à arbitragem internacional, essa opção é definitiva.

3 — No caso de optar pela arbitragem internacional, o investidor pode submeter o litígio:

- a) Ao Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos, caso a Federação da Rússia adira à Convenção para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos entre Estados e Nacionais de outros Estados, assinada em Washington, em 18 de Março de 1965, ou ao abrigo das regras aplicáveis à possibilidade adicional de o secretariado do Centro administrar esses procedimentos;
- b) A um tribunal de arbitragem *ad hoc*, criado de acordo com as regras de arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL).

Artigo 8.º

As Partes Contratantes, sob proposta de qualquer delas, poderão realizar consultas sobre os assuntos relativos à interpretação ou aplicação do presente Acordo.

Artigo 9.º

1 — Os litígios entre as Partes Contratantes relativos à interpretação e aplicação do presente Acordo serão resolvidos por negociações entre as mesmas.

Caso o litígio não seja solucionado por essa via, será o mesmo submetido a um tribunal arbitral a pedido de uma das Partes Contratantes.

2 — O tribunal arbitral será constituído *ad hoc*. Cada uma das Partes Contratantes designará um árbitro e, em conjunto, elas designarão o árbitro presidente,

que será sempre o nacional de um terceiro Estado. Os árbitros devem estar nomeados nos dois meses e o árbitro presidente nos três meses seguintes à data em que uma das Partes Contratantes declarar a intenção de submeter o diferendo à arbitragem.

3 — Se os prazos fixados no parágrafo 2 do presente Acordo não forem cumpridos, cada uma das Partes Contratantes poderá, na falta de qualquer outro acordo, pedir ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas que proceda às necessárias nomeações.

4 — O tribunal arbitral deliberará por maioria. As suas decisões vincularão as Partes Contratantes. Cada uma das partes Contratantes suportará as despesas do respectivo árbitro; as duas Partes Contratantes custearão em partes iguais as despesas do árbitro presidente e as demais despesas. Sobre todos os outros aspectos do seu funcionamento o tribunal arbitral define as suas próprias regras processuais.

Artigo 10.º

Se as disposições de outro acordo internacional do qual sejam Partes ou venham a sê-lo as duas Partes Contratantes ou a legislação interna de qualquer das Partes Contratantes estabelecer um regime mais favorável do que o previsto no presente Acordo, prevalecerá sobre este o regime mais favorável.

Artigo 11.º

O presente Acordo aplicar-se-á a todos os investimentos realizados no território de uma das Partes Contratantes por um investidor da outra Parte Contratante, a partir da data de assinatura do presente Acordo.

Artigo 12.º

1 — Cada uma das Partes Contratantes comunicará por escrito à outra Parte Contratante o cumprimento dos respectivos procedimentos constitucionais necessários à entrada em vigor do presente Acordo.

O presente Acordo entrará em vigor 30 dias após a recepção da última das comunicações.

2 — O presente Acordo vigorará durante 15 anos. Se nenhuma das Partes Contratantes, com a antecedência de 12 meses sob o termo de vigência do presente Acordo, comunicar por escrito, por canais diplomáticos, à outra Parte Contratante a sua intenção de denunciar o presente Acordo, este permanecerá em vigor até ao momento em que uma das Partes Contratantes comunicar por escrito, com uma antecedência de 12 meses, à outra Parte Contratante a sua intenção de o denunciar.

3 — Relativamente aos investimentos efectuados antes do termo de vigência do presente Acordo, continuarão a aplicar-se-lhes todas as disposições deste Acordo durante 15 anos, contados a partir dessa data.

Feito em Moscovo, em 22 de Julho de 1994, em dois exemplares, cada um nas línguas portuguesa e russa, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Pelo Governo da República Portuguesa:

Antbal António Cavaco Silva, Primeiro-Ministro da República Portuguesa.

Pelo Governo da Federação da Rússia:

V. S. Tchernomyrdin, Presidente do Governo da Federação da Rússia.

СОГЛАШЕНИЕ

между Правительством Португальской Республики и Правительством Российской Федерации о поощрении и взаимной защите капиталовложений

Правительство Португальской Республики и Правительство Российской Федерации, именуемые в дальнейшем Договаривающимися Сторонами,

имея в виду создание благоприятных условий для осуществления капиталовложений инвесторов одной Договаривающейся Стороны на территории другой Договаривающейся Стороны, учитывая, что поощрение и взаимная защита таких капиталовложений будут способствовать развитию взаимовыгодного торгово-экономического и научно-технического сотрудничества, согласились о нижеследующем:

Статья 1

В целях настоящего Соглашения нижеприведенные термины означают следующее:

1. "Инвестор" -

а) любое физическое лицо, являющееся гражданином одной из Договаривающихся Сторон в соответствии с ее законодательством, а также

б) любое юридическое лицо, учрежденное и действующее в соответствии с законодательством одной из Договаривающихся Сторон и имеющее местонахождение на территории этой Договаривающейся Стороны,

при условии, что физическое или юридическое лицо одной из Договаривающихся Сторон правомочно в соответствии с ее законодательством осуществлять капиталовложения на территории другой Договаривающейся Стороны;

2. "Капиталовложения" - любые имущественные ценности, вложенные инвестором одной Договаривающейся Стороны на территории другой Договаривающейся Стороны в соответствии с ее законодательством, и в частности:

а) движимое и недвижимое имущество и любые соответствующие ему имущественные права;

б) акции, вклады и другие формы участия в обществах, предприятиях и других организациях;

в) права требования по денежным средствам или обязательствам, имеющим экономическую ценность и связанным с капиталовложением;

г) права на интеллектуальную собственность;

д) права на осуществление хозяйственной деятельности, предоставляемые на основе законодательства Договора, включая, в частности,

права на разведку, разработку и эксплуатацию природных ресурсов;

3. "Доходы" - суммы, получаемые в результате капиталовложений, в частности, прибыль, дивиденды, проценты, лицензионные и комиссионные вознаграждения, платежи за техническую помощь и техническое обслуживание и другие виды вознаграждений;

4. "Деятельность в связи с капиталовложениями" - создание, контроль и управление обществами, филиалами, агентствами, заводами или другими организациями в целях осуществления предпринимательской деятельности; заключение, исполнение и обеспечение исполнения договоров на приобретение, пользование и распоряжение всякого рода имущественными ценностями, включая интеллектуальную собственность; покупка, выпуск и продажа акций и других ценных бумаг;

5. "Ликвидация капиталовложений" - прекращение капиталовложений в порядке, установленном законодательством Договаривающейся Стороны, на территории которой были осуществлены капиталовложения;

6. "Территория" - территория соответственно Португальской Республики и Российской Федерации, а также исключительная экономическая зона и континентальный шельф, над которыми Договаривающиеся Стороны осуществляют в соответствии с международным правом суверенные права и юрисдикцию в целях разведки, разработки и сохранения природных ресурсов.

Статья 2

Каждая из Договаривающихся Сторон в соответствии со своим законодательством будет поощрять капиталовложения инвесторов другой Договаривающейся Стороны и допускать их на свою территорию.

Статья 3

1. Каждая из Договаривающихся Сторон будет обеспечивать на своей территории капиталовложениям инвесторов другой Договаривающейся Стороны и их деятельности в связи с капиталовложениями справедливый и равноправный режим, исключающий применение мер дискриминационного характера, которые могли бы препятствовать управлению и распоряжению капиталовложениями.

2. Режим, упомянутый в пункте 1 настоящей статьи, будет не менее благоприятным, чем режим, который предоставляется капиталовложениям и деятельности в связи с капиталовложениями собственным инвесторам или инвесторам любого третьего государства.

3. Каждая из Договаривающихся Сторон оставляет за собой право определять отрасли и сферы деятельности, в которых исключается или ограничивается деятельность иностранных инвесторов.

4. Режим наиболее благоприятствуемой нации, предоставляемый в соответствии с пунктом 2 настоящей статьи, не будет распространяться на преимущества, которые Договаривающаяся Сторона предоставляет или предоставит в будущем:

а) в связи с участием в зоне свободной торговли, таможенном или экономическом союзе;

б) в силу соглашений Российской Федерации с государствами - республиками бывшего Союза Советских Социалистических Республик;

в) на основе соглашений об избежании двойного налогообложения или других договоренностей по вопросам налогообложения.

Статья 4

1. Капиталовложения инвесторов одной из Договаривающихся Сторон не будут подвергаться на территории другой Договаривающейся Стороны экспроприации, национализации или иным мерам, имеющим аналогичные последствия (далее именуется - экспроприация), за исключением случаев, когда такие меры принимаются в общественных интересах, в установленном законодательством порядке, не являясь дискриминационными и сопровождаются выплатой быстрой, адекватной и эффективной компенсации.

Размер компенсации должен соответствовать реальной стоимости экспроприированных капиталовложений непосредственно до момента, когда официально стало известно о фактическом осуществлении или о предстоящей экспроприации.

Компенсация будет выплачиваться без задержки в свободно конвертируемой валюте и свободно переводиться с территории одной Договаривающейся Стороны на территорию другой Договаривающейся Стороны. До момента выплаты на сумму компенсации будут начисляться проценты согласно процентной ставке, устанавливаемой центральным банком той Договаривающейся Стороны, на территории которой были осуществлены капиталовложения.

2. Инвесторы каждой из Договаривающихся Сторон, капиталовложения которых были полностью или частично экспроприированы, имеют право обращаться в компетентные судебные или административные органы другой Договаривающейся Стороны с целью установления того, что такая экспроприация и связанная с ней компенсация соответствуют настоящему Соглашению и принципам международного права.

3. Инвесторам одной из Договаривающихся Сторон, капиталовложениям которых нанесен ущерб на территории другой Договаривающейся Стороны в результате войны или других вооруженных конфликтов, введения чрезвычайного положения или иных ситуаций подобного характера, предоставляется последней Договаривающейся Стороной в отношении восстановления имущества, компенсации или других платежей режим не менее благоприятный, чем тот, который предоставляется инвесторам любого третьего государства.

Статья 5

1. Каждая из Договаривающихся Сторон в соответствии со своим законодательством гарантирует инвесторам другой Договаривающейся Стороны после уплаты ими соответствующих налогов и сборов беспрепятственный и без необоснованной задержки перевод платежей в связи с капиталовложениями, и в частности:

а) сумм капиталовложений и дополнительных сумм для поддержания или расширения капиталовложений;

б) доходов, как они определены в пункте 3 статьи 1 настоящего Соглашения;

в) сумм, выплачиваемых в погашение займов, признанных обеими Договаривающимися Сторонами в качестве капиталовложений;

г) сумм, полученных инвестором в связи с частичной или полной ликвидацией или продажей капиталовложений;

д) сумм, причитающихся инвестору в соответствии со статьей 4 настоящего Соглашения.

2. Переводы платежей, предусмотренных настоящей статьей, будут осуществляться в свободно конвертируемой валюте по курсу, применяемому на дату перевода в соответствии с порядком, установленным законодательством Договаривающейся Стороны, на территории которой было осуществлено капиталовложение.

Статья 6

1. Если Договаривающаяся Сторона или уполномоченное ею агентство произведет платеж своему инвестору в связи с гарантией, данной в отношении капиталовложения на территории другой Договаривающейся Стороны, последняя Договаривающаяся Сторона на основании принципа суброгации признает передачу всех прав инвестора первой Договаривающейся Стороне или ее уполномоченному агентству.

2. Договаривающаяся Сторона или ее агентство, которые приобретают в результате суброгации права инвестора, могут уполномочить инвестора осуществлять эти права.

Статья 7

1. Споры, возникающие в связи с осуществлением капиталовложений, между одной из Договаривающихся Сторон и инвестором другой Договаривающейся Стороны будут по возможности разрешаться путем переговоров.

2. Если таким образом спор не будет разрешен в течение шести месяцев с момента его возникновения, то по выбору инвестора спор может быть передан:

- а) либо в компетентный суд или арбитраж той Договаривающейся Стороны, на территории которой было осуществлено капиталовложение;
- б) либо в международный арбитраж в соответствии с пунктом 3 настоящей статьи.

После того как спор будет передан на рассмотрение суда или арбитража соответствующей Договаривающейся Стороны либо международного арбитража, этот выбор будет считаться окончательным.

3. В случае выбора международного арбитража спор может быть передан по желанию инвестора в один из указанных ниже международных арбитражей:

а) Международный центр по урегулированию инвестиционных споров, если Российская Федерация присоединится к Конвенции об урегулировании инвестиционных споров между государствами и физическими или юридическими лицами других государств, подписанной в Вашингтоне 18 марта 1965 г., или путем использования Дополнительной процедуры указанного Международного центра, предусмотренной решением его Секретариата;

б) третейский суд "ad hoc" в соответствии с Арбитражным регламентом Комиссии ООН по праву международной торговли (ЮНСИТРАЛ).

Статья 8

Договаривающиеся Стороны по предложению любой из них могут провести консультации по вопросам, касающимся толкования или применения настоящего Соглашения.

Статья 9

1. Споры между Договаривающимися Сторонами относительно толкования или применения настоящего Соглашения будут разрешаться путем переговоров.

Если таким образом спор не будет урегулирован, то по требованию одной из Договаривающихся Сторон он будет передан на рассмотрение третейского суда.

2. Третейский суд будет создаваться отдельно для каждого конкретного случая. Договаривающиеся Стороны назначат по одному члену суда, а также совместно гражданина третьей страны в качестве председателя суда. Члены суда должны быть назначены в течение двух месяцев, а председатель суда - в течение трех месяцев с момента, когда одна из Договаривающихся Сторон заявит о намерении передать спор на рассмотрение третейского суда.

3. Если указанные в пункте 2 настоящей статьи сроки не будут выдержаны, то при отсутствии иной договоренности каждая из Договаривающихся Сторон может обратиться к Генеральному секретарю ООН с просьбой произвести необходимые назначения.

4. Третейский суд выносит свое решение большинством голосов. Это решение будет иметь обязательную силу. Каждая из Договаривающихся Сторон будет нести расходы, связанные с деятельностью назначенного ею члена суда; расходы, связанные с деятельностью председателя суда, а также прочие расходы, Договаривающиеся Стороны будут нести в равных долях. По всем иным вопросам третейский суд определит порядок своей работы самостоятельно.

Статья 10

Если положения другого международного соглашения, в котором участвуют или будут участвовать обе Договаривающиеся Стороны, или нормы национального законодательства любой из Договаривающихся Сторон установят режим более благоприятный, чем тот, который предусмотрен настоящим Соглашением, будет применяться более благоприятный режим.

Статья 11

Настоящее Соглашение будет применяться ко всем капиталовложениям, осуществленным инвесторами одной Договаривающейся Стороны на территории другой Договаривающейся Стороны, начиная с даты подписания данного Соглашения.

Статья 12

1. Каждая из Договаривающихся Сторон уведомит в письменной форме другую Договаривающуюся Сторону о выполнении соответствующих конституционных процедур, необходимых для вступления в силу настоящего Соглашения.

Настоящее Соглашение вступит в силу через 30 дней после получения последнего уведомления.

2. Настоящее Соглашение будет действовать в течение 15 лет. Если ни одна из Договаривающихся Сторон не уведомит в письменной форме по дипломатическим каналам другую Договаривающуюся Сторону

за 12 месяцев до истечения указанного 15-летнего срока о своем намерении прекратить действие настоящего Соглашения, оно будет оставаться в силе до тех пор, пока одна из Договаривающихся Сторон не уведомит в письменной форме за 12 месяцев другую Договаривающуюся Сторону о своем намерении прекратить действие настоящего Соглашения.

3. В отношении капиталовложений, осуществленных до даты прекращения действия настоящего Соглашения, положения настоящего Соглашения будут продолжать применяться в течение дальнейших 15 лет после этой даты.

Свершено в г. Москве " " июля 1994 года в двух подлинных экземплярах, каждый на португальском и русском языках, причем оба текста имеют одинаковую силу.

За Правительство
Португальской Республики

За Правительство
Российской Федерации




Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais

Aviso n.º 165/95

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação das Nações Unidas, a Grécia depositou, em 31 de Março de 1995, o instrumento de ratificação do Acordo Europeu sobre as Grandes Linhas Internacionais de Caminho de Ferro (AGC), concluído em Genebra a 31 de Maio de 1985.

De harmonia com o artigo 6 (2), o referido Acordo entrará em vigor para a Grécia a 29 de Junho de 1995.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 4 de Julho de 1995. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, João Luís Niza Pinheiro.

Aviso n.º 166/95

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, o Governo de Saint-Vincent-et-les Grenadines depositou, em 29 de Maio de 1995, o instrumento de adesão à Convenção de Berna para a Protecção de Obras Literárias e Artísticas, de 9 de Setembro de 1886, revista em Paris a 24 de Julho de 1971 e modificada a 28 de Setembro de 1979.

A referida Convenção, revista, entrará em vigor para o Governo de Saint-Vincent-et-les Grenadines a 29 de Agosto de 1995. A partir desta data, torna-se membro da União de Berna.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 4 de Julho de 1995. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, João Luís Niza Pinheiro.